

# Modelos de governação, responsabilidade social empresarial e políticas de atração de investimento na exploração de recursos naturais

*Carla Guapo Costa<sup>1</sup>*

*Francisco Rego Chaves Fernandes<sup>2</sup>*

## **Introdução e problemática**

Os anos mais recentes têm testemunhado, em vários países desenvolvidos e em desenvolvimento, um interesse claro dos investidores pelos setores ligados à exploração de recursos naturais, com destaque para a mineração e para a exploração de recursos energéticos fósseis.

Na realidade, países como o Brasil, Moçambique ou Austrália, para citar apenas alguns casos, têm realizado esforços significativos para introduzir na legislação regras condicionantes da atuação dos investidores, nacionais e estrangeiros, que fazem depender a autorização da exploração dos recursos (em particular da mineração) ao cumprimento de um conjunto de requisitos, que podem passar por pagamentos financeiros, apoio à população, construção de infraestruturas ou preocupações ambientais.

No entanto, apesar dos esforços, a análise da situação internacional permite concluir que o cumprimento desses critérios de responsabilidade social empresarial não é feito de forma muito afirmativa, verificando-se mesmo a existência de elevados passivos (econômicos, sociais, ambientais) durante o período de permanência das empresas ou depois do abandono das atividades. Por outro lado, tentamos também demonstrar que os governos dos países de acolhimento não estão totalmente isentos de responsabilidade, pois, na disputa pelo investimento, põem muitas vezes em prática políticas públicas competitivas na captação daqueles capitais, e cuja competitividade decorre, muitas vezes, na flexibilização e minoração dos critérios de proteção econômica, social ou ambiental.

Neste contexto, a estrutura do artigo centra-se na análise das Políticas Públicas de Atração de Investimento em setores de exploração de recursos minerais, elaborando em seguida sobre os modelos de governação e o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no setor da mineração. Introduzimos como paradigma da

---

<sup>1</sup> Professora Associada do ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.

<sup>2</sup> Tecnologista Senior do CETEM/MCTI.

necessidade de articulação da RSE com a capacidade institucional e de governança dos países receptores do investimento, o caso da *Metaleurop Nord*, famoso pelos efeitos de contaminação por chumbo que gerou no noroeste da França e também pelas políticas de remediação que foram aplicadas para resolver ou, pelo menos, minorar o problema. No âmbito do Projeto Santo Amaro, o caso da *Metaleurop Nord* assume uma importância acrescida, por se tratar do mesmo grupo empresarial que detinha a usina de mineração na cidade de Santo Amaro, a Plumbum.

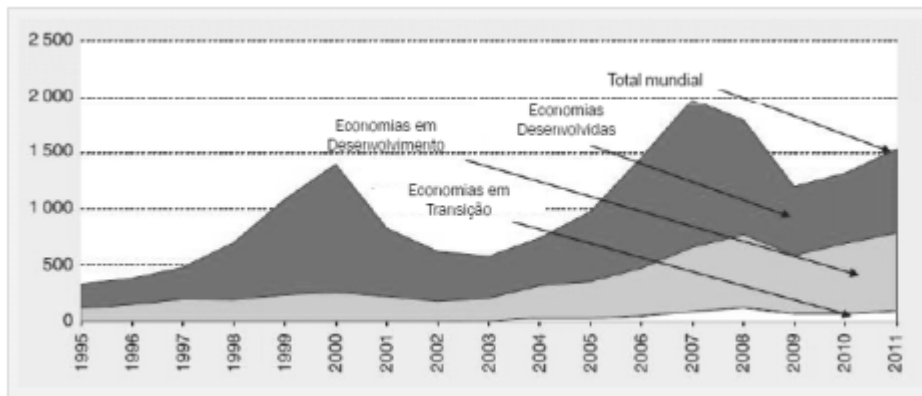
## **A globalização e os fluxos internacionais de capital**

A internacionalização das economias, que tradicionalmente se caracterizava fundamentalmente pelos fluxos de comércio externo, traduz-se atualmente numa intensificação dos movimentos internacionais de fluxos de capitais, constituindo, estes últimos, um instrumento prioritário dessa internacionalização. Efetivamente, os fluxos de capitais que circulam, sem restrições, entre as várias regiões do globo, constituem, neste momento, os mais importantes sinais do processo de globalização. Desde meados da década de 1980, esses fluxos registram um crescimento muito superior aos fluxos de comércio internacional, e, em escala ainda maior, da produção mundial realizada (COSTA, 2005).

Neste âmbito, é interessante destacar a importância da atuação das Empresas Transnacionais (ETN), que, sob várias perspectivas, acabam por ser os principais agentes da globalização, sendo, igualmente, as maiores beneficiárias (COHN, 2008). Na verdade, as ETN, que, pela importância assumida na economia internacional, transformaram-se em veículos de (des)articulação das relações econômicas internacionais, exercendo grande influência sobre os estados emissores e receptores, nomeadamente no que respeita à conceção e implementação de políticas públicas favoráveis à sua atuação, levando à redefinição das relações tradicionais entre estados e empresas e à emergência de uma nova diplomacia econômica (CARRIÈRE, 1998). Entre os fatores que terão exercido maior influência no aumento do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) mundial destacam-se, nomeadamente a partir dos anos de 1980, a re-emergência da ortodoxia neoliberal, que concede uma maior liberdade de ação às ETN para expandir as suas atividades, no contexto de uma maior desregulamentação da atividade econômica, dos processos de privatizações e da abolição das restrições à circulação dos fluxos de capital (COSTA, 2009).

Como podemos verificar pela análise da Figura 1, a volatilidade dos fluxos de IDE constitui uma característica predominante na evolução dos mesmos. Verifica-se uma tendência para acompanhamento intenso do ciclo econômico, crescendo fortemente em anos de crescimento econômico generalizado, e abrandando em períodos de desaceleração. Em 2011, último ano para o qual existem dados disponíveis, verificou-se um aumento de 16% em 2010, refletindo a existência de lucros mais elevados por parte das empresas transnacionais, e o maior crescimento econômico por parte das economias em desenvolvimento (UNCTAD, 2012). No caso das economias em

desenvolvimento e em processo de transição, que registraram um aumento de 12%, ocorreu um aumento dos projetos envolvendo investimentos de raiz (*greenfield investments*), enquanto as economias desenvolvidas (com um aumento de mais de 20% em 2010) testemunharam a expansão de movimentos de fusão e aquisição transfronteiriços.



Fonte: UNCTAD, 2012.

Figura 1 – Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) mundial, entre 1995 e 2011, mil milhões de dólares.

Quando analisamos o protagonismo de países e regiões, para além do grupo das economias desenvolvidas, que absorve cerca de 70% dos fluxos mundiais de IDE, evidenciam-se alguns países pertencentes ao grupo dos emergentes, como sendo dos principais receptores de IDE a nível global (UNCTAD, 2012). Os casos da China e do Brasil são os mais significativos, tendo recebido, respetivamente, 15,5% e 4,5% do total (31% dos fluxos de IDE na região da América Latina e Caraíbas), o que os torna líderes incontestados das respectivas regiões.



Fonte: Ernst & Young, 2012

Figura 2 - Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) no Brasil, uma evolução sustentada nos últimos anos.

De acordo com dados da consultora internacional *Ernst and Young*, registrou-se um aumento do número de projetos de IDE em 39% em 2010, acompanhando o crescimento do valor dos fluxos de IDE. Este aumento deve-se, fundamentalmente, ao reforço das condições de atração da economia brasileira, como o dinamismo da procura interna (alimentada pelo reforço da classe média), o anúncio de grandes eventos internacionais que necessitam de fortes investimentos em infraestruturas físicas (Copa do Mundo da FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016) e enormes reservas inexploradas de recursos naturais. Uma componente fundamental para a atração de IDE reside nas políticas públicas desenvolvidas pelo governo brasileiro de estímulo aos investimentos estrangeiros, de onde se destacam os incentivos fiscais centrados na produção e conteúdos locais, a simplificação de procedimentos de licenciamento e da estrutura regulatória, crédito subsidiado e acesso facilitado ao financiamento.

Sector/industry	Distribution shares	Growth rates	
		2011 compared with 2010	2011 compared with pre-crisis average (2005–2007)
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>-12</b>
<b>Primary</b>	<b>14</b>	<b>46</b>	<b>50</b>
Mining, quarrying and petroleum	14	51	53
<b>Manufacturing</b>	<b>46</b>	<b>7</b>	<b>-1</b>
Food, beverages and tobacco	6	18	40
Coke, petroleum and nuclear fuel	4	-37	-30
Chemicals and chemical products	10	65	25
Electrical and electronic equipment	5	-8	-26
Motor vehicles and other transport equipment	6	-15	10
<b>Services</b>	<b>40</b>	<b>15</b>	<b>-31</b>
Electricity, gas and water	8	43	6
Transport, storage and communications	8	38	-31
Finance	6	13	-52
Business services	8	8	-33

Fonte: UNCTAD, 2012.

Figura 3 - Distribuição sectorial do Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) em 2011.

A distribuição setorial do IDE, em 2011, também revela dados interessantes para o nosso trabalho. Assim, o setor primário, que engloba as atividades de mineração, extração de pedras naturais e de petróleo, foi aquele que registrou maior taxa de crescimento em 2010, 46% de acréscimo dos fluxos de capital estrangeiro, tendo estas atividades registrado um aumento de 51%, o que traduz, claramente, o interesse dos investidores na exploração deste tipo de recursos, e o potencial de crescimento do setor, que representa, atualmente, 14% do total das preferências dos investidores (UNCTAD, 2012).

Em termos de vantagens comparativas, o Brasil detém uma das maiores concentrações mundiais de minerais, que origina a sexta maior produção mineral do mundo, detendo posições de liderança na produção de várias *commodities*: é o maior produtor mundial de nióbio; o segundo maior produtor de minério de ferro e tantalita; o terceiro maior produtor de bauxita; e o quinto maior produtor de cobre, estanho e caulim. O setor mineral contribui para 4,2% do PIB e 20% do total das exportações brasileiras, gerando um milhão de empregos diretos, o equivalente a 8% dos empregos da indústria (PNM, 2011). O país destaca-se internacionalmente como produtor de nióbio, minério de ferro, bauxita, manganês e vários outros bens minerais. Apesar de o setor brasileiro de mineração ter sido afetado pela crise financeira de 2008, as companhias vêm aumentando seu investimento desde então. De acordo com o relatório da *Ernst & Young*, o setor de mineração e metais do Brasil foi responsável pela captação de 35 projetos de IDE em 2011, ou seja 7% do total de projetos financiados por capital estrangeiro no país.

Concentradas nas regiões sudeste e sul do país, as empresas que exploram os recursos minerais em território brasileiro englobam ETN de capitais maioritariamente estrangeiros (britânicos, australianos, canadenses), mas também existem grandes *players* de origem nacional, como a Vale do Rio Doce, Grupo Camargo Corrêa, Gerdau, Grupo Votorantim, entre outros.

Embora apresente perspectivas muito otimistas de crescimento, o setor de recursos minerais brasileiro apresenta alguns riscos significativos, como a excessiva dependência da exportação de *commodities*, como o comércio com a China, com todos os custos da volatilidade habitualmente associada a esses mercados, assim como a falta de infraestruturas físicas e humanas e a complexidade do enquadramento regulatório podem atuar como fatores desestimulantes do investimento estrangeiro. Apesar disso, o governo pôs em marcha um ambicioso Plano de Mineração até 2030, que prevê investimentos muito significativos e a triplicação da produção nacional de ouro, ferro e cobre até ao ano referido, assim como a dinamização da exploração mineral na Amazônia, criando condições para a facilitação das trocas através da implementação de uma zona de comércio livre. (PNM, 2011).

Este Plano Nacional de Mineração – 2030 deverá servir como referência para definir o planeamento estratégico do setor mineral brasileiro nos próximos 20 anos, no contexto das políticas ambientais e industriais, com o objetivo comum de promover o desenvolvimento sustentável do Brasil (PNM, 2011). O Plano centra-se em três vetores fundamentais:

- uma governação pública eficaz, para promover o uso dos bens minerais extraídos no país, no interesse nacional, incluindo a consolidação do novo marco regulatório do setor mineral, com a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, mudanças no modelo de concessão, a criação da Agência Nacional de Mineração, e a revisão da política para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (os *royalties* da mineração);

- agregação de valor e adensamento de conhecimento em todas as etapas da cadeia produtiva mineral, desde a geologia até a mineração e a transformação mineral, pelo estímulo à expansão de cadeias produtivas minerais no país, melhorando o rendimento, o emprego e a inovação tecnológica.
- assumir a sustentabilidade como premissa fundamental, pela manutenção da qualidade ambiental do território, citadas na Agenda 21.

### **Políticas públicas de atração de IDE: concorrência aguerrida e pouco transparente**

Nos últimos anos, no contexto da globalização financeira e do apogeu do capitalismo liberal, o investimento privado, nacional e, principalmente, estrangeiro, é visto como fator de dinamização do crescimento econômico, devido aos efeitos, potencialmente positivos e dinamizadores sobre o conjunto da economia, a saber: transferência de tecnologia, criação de emprego, desenvolvimento de infraestruturas físicas e humanas, melhoria da produtividade dos fatores de produção e reformulação do perfil das exportações, melhorando o conteúdo em termos de valor acrescentado, e permitindo um ganho global nos termos de troca, principalmente para as economias menos desenvolvidas.

Mas grande parte dos países concebeu e implementou políticas de atração do IDE, nem sempre coincidentes com as necessidades das economias domésticas, tendo a concorrência entre os países em desenvolvimento e economias emergentes para captação dos fluxos de capital levado à definição de políticas permissivas, e mesmo predatórias, que, em muitos casos, tiveram uma influência nefasta sobre as economias de acolhimento (FORSTATER *et al*, 2010).

Para além das políticas comerciais, os países em desenvolvimento oferecem uma grande variedade de apoios às empresas estrangeiras, tais como incentivos fiscais, isenção ou redução de direitos sobre as importações de componentes ou promoção de exportações.

No entanto, não há uma evidência conclusiva de que estes incentivos tenham importância na decisão de investimento das empresas estrangeiras.

Os países em desenvolvimento podem ser compelidos a oferecer tais incentivos devido à concorrência, já que se nenhum país oferecer tais incentivos, a decisão de IDE será baseada na dotação de recursos de cada país e nas condições mais eficientes que eles proporcionam (COSTA, 2005).

O Brasil não constitui exceção a esta tendência, já que é consensual entre vários autores registrar que o protecionismo constitui um dos elementos mais marcantes da economia brasileira desde o início dos anos 1930, até à liberalização da atividade econômica, que marcou a década de 1990 (COSTA, 2005).

Um outro poderoso fator de atração do IDE é, naturalmente, a disponibilidade de recursos naturais, energéticos e afins. Os dados disponíveis apontam para a concentração dos fluxos de IDE num sentido norte-sul, ou seja, os países de origem eram as grandes potências europeias, os EUA, Canadá e Japão, enquanto os de acolhimento se situavam na Ásia, África e América Latina, evidenciando um fraco nível de desenvolvimento econômico. Este tipo de IDE centrava-se em indústrias que tiravam partido da exploração dos recursos naturais.

A importância decrescente dos recursos naturais nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial, assim como a emergência de novos países independentes abundantemente dotados de recursos naturais e pouco receptivos ao IDE, levaram a um declínio no tipo de IDE que se deslocizava em busca de recursos naturais (UNCTAD, 1999), que, no entanto, tem vindo a registrar um notável crescimento nos anos mais recentes.

### **A capacidade institucional e a qualidade da governação**

Um dos principais objetivos da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, que teve lugar no Rio de Janeiro, em 1992, foi o de estabelecer um conjunto de princípios comuns e compromissos entre os vários países para definir e implementar processos de desenvolvimento sustentável por todo o globo. Esta conferência deu origem à famosa *Agenda 21*, que apelava a uma cooperação reforçada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento naquele domínio específico, dados os custos da sustentabilidade ambiental e social, e reconhecendo a necessidade do envolvimento de vários atores, para além dos estados nacionais, como os atores não governamentais, associações profissionais e entidades académicas e científicas.

Como referem Freitas *et al* (2001), esta participação em rede confere à questão da sustentabilidade uma dimensão não só de governabilidade, mas também de capacidade de governação, ao nível nacional e internacional, para o aumento de uma responsabilidade coletiva.

No caso dos países em desenvolvimento, a situação torna-se ainda mais complexa, já que, de acordo com Freitas *et al* (2001), estes países defrontam-se com dois tipos de vulnerabilidades: a maior parte das regras e especificidades técnicas e científicas relativas à sustentabilidade são definidas no contexto dos países mais desenvolvidos, existem muitas dificuldades por parte dos países em desenvolvimento de conseguir congregar os recursos técnicos, económicos e humanos para avaliar as situações de risco e implementar medidas corretivas.

Não só as populações são mais vulneráveis aos danos ambientais, até pela sua fraca formação e exclusão social, mas as próprias instituições públicas revelam uma fragilidade acrescida, dadas as deficiências estruturais em termos de definição e

implementação de políticas públicas, processos de tomada de decisão e disponibilidade de meios para detectar e prevenir situações de risco.

A falta de legislação adequada, o desequilíbrio de forças entre os intervenientes no processo (governos locais e instituições públicas *versus* grandes empresas e interesses instalados) e o desconhecimento das populações afetadas gera uma assimetria de informação muito grande, que lesa principalmente os mais vulneráveis.

O caso do Brasil não constitui exceção, combinando a vulnerabilidade institucional e a complexidade no processo de tomada de decisão com a escassez de meios técnicos e humanos disponíveis, tornando as populações, em risco de exclusão social, mais expostas a riscos em termos de saúde pública e degradação ambiental, em presença de práticas empresariais (nomeadamente na exploração dos recursos naturais) menos responsáveis (FREITAS *et al*, 2001).

### **A doença holandesa ou a maldição dos recursos naturais**

O setor da exploração de recursos naturais (com destaque para a mineração) não constitui exceção a este tipo de comportamento, aumentando o potencial de ocorrência da '*doença holandesa*', com todos os vícios que a mesma acarreta, como sejam o desvio de recursos, corrupção e conflitos, a volatilidade económica, o reforço da especialização primária do aparelho produtivo, os impactos locais prejudiciais e as políticas públicas de fraca qualidade (CORDEN, 1984).

Na verdade, os recursos naturais e a riqueza mineral podem constituir um poderoso catalisador do processo de desenvolvimento, agregando investimento, emprego e receita para o estado receptor. No entanto, muitos países dotados de recursos naturais abundantes não têm conseguido sair das armadilhas do subdesenvolvimento, da má gestão política e da corrupção instalada, pelo que, em muitos casos, a descoberta de petróleo ou de recursos minerais não levou à prosperidade sustentável, mas antes ao conflito político e à ruptura económica (FORSTATER *et al*, 2010).

Tal fato ficou conhecido na literatura como a denominada '*maldição da abundância*' ou a '*praga dos recursos naturais*', mais conhecida pela '*doença holandesa*', traduzindo o fato de países ricos em recursos naturais terem sido incapazes de utilizar essa riqueza para melhorar a situação económica doméstica.

Os principais fatores disruptivos são a possibilidade de corrupção e peculato, já que os fluxos monetários provenientes da exploração dos recursos naturais podem ser facilmente apropriados para uso indevido e fraudulento, de uma forma mais fácil do que os ganhos derivados do comércio internacional; a volatilidade económica, já que uma dependência excessiva das receitas de exportação centradas nos recursos naturais e em *commodities* deixa as economias muito vulneráveis à evolução do ciclo económico, dificultando a definição de políticas económicas mais sustentadas e induzindo à deterioração do clima de negócios.



O afluxo de grandes quantidades de dinheiro pode levar a uma apreciação da moeda, o que torna menos rentável a exportação de produtos agrícolas e de bens manufaturados, levando a uma excessiva especialização exportadora no setor dos recursos minerais, o que, a longo prazo, compromete a sustentabilidade do próprio processo de desenvolvimento, num fenómeno que vários autores denominam de especialização reversa (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Um outro problema tem a ver com a fraca qualidade das políticas públicas, já que muitos países com abundância de recursos naturais são muitas vezes afetados por deficientes estruturas institucionais. A aparente facilidade de arrecadação proveniente da exploração dos recursos naturais leva muitas vezes os governos a menosprezar outros setores de atividade, a negligenciar as obrigações e os contratos sociais que devem existir entre as empresas e os seus trabalhadores.

Finalmente, a exploração de recursos naturais pode ter impactos muito negativos sobre a economia local, originando a desestruturação de setores da economia doméstica, e agravando as condições socio-econômicas da população. No caso brasileiro, vários autores têm alertado para os riscos da excessiva concentração do minério de ferro na pauta de exportações de bens minerais, destinadas, na sua maior parte a um único comprador, a China. De acordo com o PNM, em 1990, a China importava 2% do minério de ferro brasileiro e esta substância representava 5% nas exportações totais brasileiras. Duas décadas depois, em 2009, esses percentuais passaram para 59% e 9%, respetivamente (PNM; 2011), configurando, potencialmente, um risco de “especialização reversa” da pauta de exportações: de acordo com dados do IPEA (2009), em 2000, 42% dos bens exportados estavam classificados como *commodities* e bens energéticos, enquanto os bens de média e alta intensidade tecnológica correspondiam a 36% das exportações. Em 2008, essas percentagens passaram para 56% e 27%, respetivamente (PNM, 2011).

Em síntese, é uma condição imprescindível para prevenir ou minimizar os efeitos da ‘doença holandesa’ que exista uma forte capacidade de governação e uma arquitetura institucional robusta, para que os desafios do desenvolvimento coletivo se sobreponham aos interesses particulares ou de grupos de interesse. Infelizmente, não é o que acontece na maior parte dos casos, sendo a qualidade da governação bastante débil.

Nos anos mais recentes, tem emergido um consenso internacional sobre o conjunto de medidas a serem empreendidas de modo que a exploração dos recursos naturais possa, efetivamente, contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Por um lado, por em prática um conjunto de medidas de salvaguarda social e ambiental, de modo a reduzir os impactos sociais mais negativos (deslocalização das populações, perda de emprego, fraca ligação com a atividade local), mitigar os danos ambientais e lutar contra a corrupção.

Os recursos naturais são, por definição, localmente esgotáveis, pelo que o grande desafio em termos de políticas públicas será o de criar condições para desenvolver uma economia local sustentável, que sobreviva à insustentabilidade dos recursos naturais, em termos de criação de emprego, de envolvimento dos parceiros locais, da criação de infraestruturas e da criação de capacidade institucional e governativa, aproveitando as receitas da exploração dos recursos naturais para financiar esses objetivos (Figura 4).



Figura 4 - Desafios à (in)sustentabilidade dos recursos naturais

## O conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

É um conceito recente, que começa a assumir uma maior importância nos anos 1990, com o aumento do protagonismo das empresas transnacionais na economia global, e nos países de acolhimento em particular. Está intimamente ligado ao processo de globalização, e às suas consequências negativas, do ponto de vista social: decorre da concorrência desenfreada dos países pela captação de capitais externos, e pela dificuldade em responsabilizar as ETN, cada vez mais globalizadas, pelas suas ações concretas num determinado país. Em vários países, a emergência de preocupações com a sustentabilidade ambiental e social leva à necessidade de equacionar uma ação conjunta entre ETN, governos e organizações internacionais, no sentido de definir ações que promovam a RSE, numa dinâmica de rede e interação entre os vários agentes.

São necessárias formas alternativas de regulação, que não passem somente pela atuação dos governos, mas envolvam também as próprias ETN, monitorizadas pela sociedade civil. Como refere Fernandes (2006), a responsabilidade social é um conceito amplo, porque diz respeito à empresa se empenhar na construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável, incluindo questões relacionadas

a direitos humanos, trabalho, relações com a comunidade e a sociedade e relações entre fornecedores, fornecedores de seus fornecedores e consumidores

Embora a RSE tenha emergido diferenciada em vários países, incorporando elementos da cultura de negócios local, é possível detectar um padrão de evolução mais ou menos comum em vários países. A primeira geração de práticas de RSE é geralmente caracterizada por um conjunto de práticas *ad-hoc*, de resposta a questões ambientais e a ameaças sobre o desenvolvimento do negócio. A segunda geração já testemunha o empenho das várias empresas a introduzir uma abordagem mais profissionalizante, definindo compromissos e objetivos, e reportando o impacto dos mesmos sobre a respectiva performance. A terceira geração pressupõe que as empresas definam as suas estratégias negociais no contexto do desenvolvimento sustentável, o que implica contribuir ativamente para criar impactos positivos sobre as condições de vida dos habitantes locais e sobre o ambiente.

Entre os fatores determinantes para a construção da RSE, destacamos a rápida globalização da economia, com efeitos na sociedade, ambiente e estratégias empresariais; o declínio da influência estatal na esfera pública, ascensão do neoliberalismo nos anos 1980 e a conseqüente transposição do poder governativo para a sociedade civil. A formulação da *business ethics* (acadêmicos, *policy-makers*, ETN): a própria ETN reconhece os ganhos que terá, para a imagem pública, da definição de uma política de RSE.

Na verdade, não existe uma definição global, mas um tema comum: preencher um conjunto de requisitos legais e expectativas ampliadas dos *stakeholders*, de modo a contribuir para uma sociedade mais equitativa e harmoniosa, através de ações no local de trabalho, nos mercados, na comunidade e através de políticas públicas e de parcerias entre os vários membros da sociedade civil. Como refere Fernandes (2006), existe uma relativa contradição, entre a atuação do empresariado que na média já incorporou bem razoavelmente o ambiental e utiliza o desenvolvimento sustentável como uma palavra chave incluída em todos os seus textos das estratégias empresariais, mas que em relação ao social, na média, só aceita pouco mais do que um mínimo no que se refere a todas as suas obrigações legais.

Entre os vários contribuintes para a definição, destacamos a posição oficial do governo chinês, que enfatiza a responsabilidade das empresas perante a sociedade civil e o ambiente, considerando que as empresas, ao mesmo tempo que desempenham a sua função principal de criar valor, têm de prestar contas aos acionistas, trabalhadores, consumidores, fornecedores, a comunidade no seu conjunto e os *stakeholders*, em geral, assim como proteger o ambiente.

Como verificamos, a RSE é encarada, do ponto de vista do discurso oficial, numa posição holística, integrada. Por seu turno, o governo britânico procura conjugar interesses competitivos e interesse social, em busca do desenvolvimento sustentável. Tal concepção prevê que as empresas desenvolvam práticas de RSE que implicam em uma atuação voluntária, para além dos critérios mínimos legais, no respeito pelos

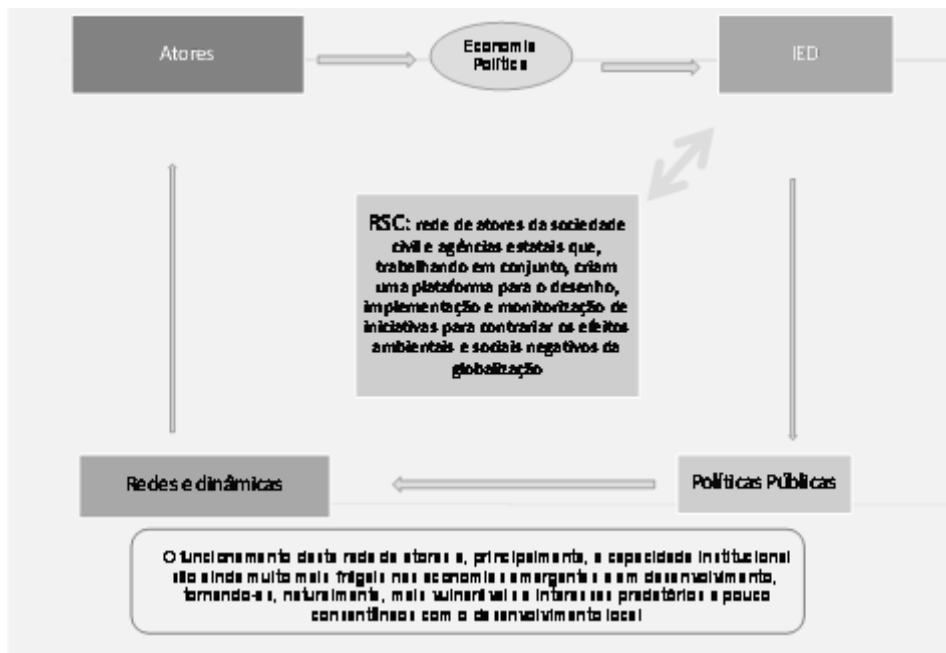
interesses competitivos e pela sociedade no seu conjunto. Finalmente, o Banco Mundial percebe a RSE como uma convergência de interesses de todos os intervenientes sociais, de modo a melhorar o contexto de atuação dos agentes econômicos empresariais e da qualidade de vida da comunidade.

No caso do Brasil, como refere Kirshner (2009), a par de situações que relatam uma ausência de efetiva RSE, existem casos de empresas que desenvolvem uma atuação virada para a comunidade, assumindo responsabilidades que se estendem para além das suas atividades habituais. A título de exemplo, relatamos o caso da ETN *Alcoa* e o projeto *Viva a vida*, em que a empresa ajuda a construir um conjunto de pilares de atuação social, promovendo iniciativas nos domínios da saúde, segurança, alimentação e cultura da comunidade, agindo através da mudança de hábitos dos próprios habitantes locais. A *Unilever* e o projeto *Mais vida*, que desenvolveu várias intervenções no município de Araçoiaba (Recife, PE), caracterizado por uma profunda pobreza e depauperação, com vista à melhoria das condições de vida da população local, alavancando projetos de desenvolvimento sustentável, promovendo ações sociais e de capacitação profissional e colaborando com organizações ambientais. A empresa aderiu a uma iniciativa do movimento *Greenpeace*, em 2008, apelando à suspensão do corte de palmeiras, mesmo sendo uma das principais utilizadoras do óleo de palma para o fabrico de produtos de higiene. Essas atividades, que procuram minimizar os efeitos sociais e ambientais do extrativismo, envolvem melhorias na rede escolar, habitação e infraestruturas locais.

Estes casos enfatizam o papel que a interrelação entre estas grandes empresas e as comunidades locais pode ter como contribuinte para o desenvolvimento, ao mesmo tempo, expõem as fragilidades dos poderes públicos em dinamizar essas redes de cooperação: tudo depende da iniciativa e empenho das empresas envolvidas, numa situação que é característica de grande parte dos países em desenvolvimento com grandes dotações de recursos naturais. As ETN, por definição, atuam em zonas de jurisdição transversal, pelo que são menos suscetíveis a serem condicionadas por normativos dos países de acolhimento. Neste contexto, torna-se ainda mais fundamental a construção de redes de atores, formados por vários atores da sociedade civil (empresas, governos, agências, consumidores, fornecedores, ONG, comunidade em geral), que induza a práticas empresariais condizentes ao desenvolvimento sustentável (ver Figura 2).

Por outro lado, como referem Gifford *et al* (2010), historicamente os países em desenvolvimento onde estavam instaladas grandes ETN não tinham grande influência sobre a atividade dessas empresas, mesmo nos seus próprios territórios, dada a dimensão e poder daquelas e a fraqueza das arquiteturas institucionais autóctones. Com o advento da internet e da globalização dos meios de comunicação social, da proliferação de ONGs e de fundações e associações da sociedade civil, a atividade daqueles agentes econômicos tornou-se mais exposta à avaliação da sociedade internacional, o que aumenta a sua responsabilidade social face aos territórios onde estão instalados. O impacto da atuação das ETN, particularmente do

ponto de vista social e ambiental nas regiões de exploração dos recursos naturais, e a pressão da opinião pública internacional, mais do que das autoridades locais, levou muitas daquelas empresas a desenvolverem esforços conjuntos com parceiros locais, muitas vezes não tradicionais (tribos, por exemplo) para desenvolver estratégias de RSE.



Fonte: Adaptado de Gonzalez-Perez *et al* (2011)

Figura 2 - A rede da Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

Ao contrário do que acontecia há cerca de 30 anos, as práticas de sustentabilidade estão se tornando uma fonte de vantagens competitivas para as empresas no setor da mineração, aportando benefícios para a imagem da empresa e maior facilidade de acesso aos recursos, enquanto o surgimento de acordos e organismos internacionais fomentam o desenvolvimento da RSE: são exemplos mais significativos a criação da Comissão Internacional de Mineração e Metais, em 2001, e a formação da *United Nations Global Compact*, em 2002, em que os respetivos membros, as ETN, se comprometem a desenvolver práticas negociais social e ambientalmente responsáveis. A própria OCDE lançou, em 2000, o *Guia para a Atuação das Empresas Multinacionais*, onde estão listados os requisitos e padrões que as empresas devem assegurar voluntariamente, em áreas como o emprego e as relações industriais, os direitos humanos, ambiente, combate à corrupção, interesse dos consumidores ou inovação e desenvolvimento.

Como é natural, a motivação das ETN para participar neste tipo de iniciativa não é orientada, exclusiva ou mesmo primariamente, por fins altruístas ou humanitários.

Existe uma preocupação com a imagem pública da empresa, face à crescente exposição na mídia e ao acréscimo das preocupações com a sustentabilidade no seio da opinião pública internacional. Por outro lado, as empresas que promoverem ações de RSE podem ter um acesso privilegiado a determinado tipo de recurso, conseguem diminuir os custos de transações pelas boas relações com as instituições e com os responsáveis governamentais locais, aumentar os ganhos de eficiência na adoção de equipamentos menos poluentes, por exemplo.

Como refere Fernandes (2006), nos anos 2000, pode-se afirmar que a responsabilidade socioambiental, não é um adendo, um apêndice facultativo às atividades estratégicas da empresa, mas sim é a forma como uma empresa é gerida no contexto da globalização e é hoje um referencial competitivo para as empresas de todos os segmentos de mercado. Este fator possui importância estratégica, e poderá, num futuro próximo, ser tão importante como a qualidade, a competitividade, os preços e a capacidade de atrair mão-de-obra altamente qualificada.

## **7. O caso da *Metaleurop*: da França a Santo Amaro, a importância da governação**

### **A problemática**

Um dos casos mais famosos de poluição resultante de contaminação por chumbo é o da empresa *Metaleurop Nord*, cuja atividade afetou, durante mais de um século, uma região do noroeste da França, o Nord Pas de Calais, e se tornou emblemática pelas implicações que teve de articulação da RSE com a capacidade institucional e de governação. Cobrindo uma área de cerca de 120 km<sup>2</sup>, a região foi dominada pela exploração de duas grandes empresas metalúrgicas: *Metaleurop* e *Nyrstar*. Durante mais de um século, as duas fábricas, com atividades relacionadas com a extração do carvão e com atividades metalúrgicas, emitiram para a atmosfera quantidades consideráveis de elementos metálicos, contaminando solos, ar, água e rios (chumbo, cádmio, zinco). Os rejeitos aquíferos e o transporte fluvial dos minerais originaram uma forte contaminação dos sedimentos do Canal de Deule, que passa pela região onde estiveram situadas as duas fábricas, a *Metaleurop* em Noyelles-Godault e a *Nyrstar* em Auby, distando menos de quatro quilômetros uma da outra, como se pode ver pela figura 3, ao longo do Canal de Dêule.

As origens da *Metaleurop* remontam a 1894, quando a empresa francesa *Malfidano*, instala na região de Nord Pas de Calais uma metalurgia para tratar minerais de zinco. Essa fábrica, localizada especificamente na cidade de Noyelles-Godault, foi ocupada pelos alemães, e utilizada como um depósito de munições durante a I Guerra Mundial, tendo sido completamente destruída por bombardeios em 1917. A empresa renasceu em 1920, com a compra por parte da empresa francesa *Penarroya*, tornando-se rapidamente um dos maiores produtores mundiais de chumbo e zinco, a que se juntaram mais tarde as produções de germanium, índio e trióxido de

antimônio, a partir de 1976. A importância da região é muito considerável: era responsável por 2/3 da produção nacional de chumbo, 1/3 da produção de zinco, sendo também o primeiro produtor mundial de germanium e de índio, a que se juntavam as produções de cádmio, prata e arsênico, entre outras (SAFIR, 2012).



Figura 3 - Bacia metalúrgica em Nord Pas de Calais, com as duas empresas, *Metaleurop* e *Nyrstar*.

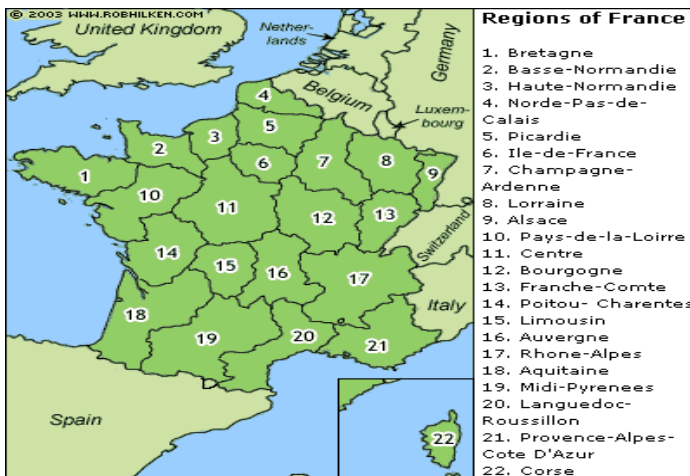


Figura 4 - A região de Nord Pas de Calais e a cidade de Noyelles-Godault

Em 1988, foi criada a *Metaleurop*, através da fusão da *Penarroya*, e de uma empresa de metais não ferrosos alemã, *Preussag*.

Nos anos 1980, a empresa já constituía uma unidade de produção que causava grandes níveis de poluição, nos solos, no ar, na água e nos seres humanos. A partir dos anos 1970, já como resposta à poluição que afetava os solos e a água, são desenvolvidos trabalhos de remediação, que visavam a redução dos resíduos, como a filtração dos fumos ou o tratamento de águas.

No entanto, e apesar das medidas, a quantidade de rejeitos permanecia assustadoramente perigosa; em 2001, o complexo produzia 18,3 toneladas de chumbo, 26 toneladas de zinco, 0,8 de cádmio, 6800 de dióxido de enxofre e ainda 10 a 15 toneladas de rejeitos indiferenciados.

Para, além disso, o sistema de filtração adotado tinha um efeito perverso, pois permitia a passagem das partículas mais finas, justamente aquelas que são mais assimiláveis pelo organismo humano, em particular o das crianças, que foram particularmente afetadas pelo saturnismo, nos municípios de Courcelles-les-Lens, Dourges, Evin Malmaison, Leforest e Noyelles-Godault. O programa de avaliação do saturnismo identificou 11% das crianças registrando uma taxa de chumbo no sangue superior a 100 µg/por litro de sangue, o máximo aceitável, especialmente na cidade de Evin Malmaison, onde a taxa atingiu uns assustadores 25% de crianças com um nível de chumbo no sangue 40 vezes superior ao aceitável (FRANGI; RICHAIR, 1997) . De acordo com a DIRE (Direção Regional da Indústria, Pesquisa e Ambiente), serão necessários entre 5000 a 10000 anos para descontaminar as áreas poluídas. As pesquisas desenvolvidas ao longo dos últimos 15 anos para identificar casos de envenenamento por chumbo na região revelaram a existência de 260 ocorrências, em crianças, enquanto, entre 1996 e 2001, foram registrados 36 casos de envenenamento entre os trabalhadores da fábrica, tendo outros 172 sido considerados inaptos para a atividade profissional (SAFIR, 2012).

No entanto, as várias campanhas desenvolvidas para lutar contra o saturnismo revelaram uma queda dos níveis de chumbo no sangue depois do fechamento da fábrica : em 2000, 27 crianças tinham uma taxa de chumbo no sangue superior a 100 µg/por litro de sangue; em 2002, registravam-se 30 crianças com esse valores, 32 em 2003, tendo o número baixado para 7 em 2004 (já depois do encerramento do complexo) e 1 criança em 2006, embora houvesse registros de um número significativo de crianças com níveis muito próximos do máximo permitido. Em 2009, os níveis de chumbo presentes no sangue de crianças pequenas ainda eram superiores aos admissíveis pela Organização Mundial de Saúde.

Há ainda que se registrar os acentuados níveis de poluição da água e dos solos, que teriam alcançado uma área superior a 45 quilômetros quadrados, tornando a terra imprópria para culturas ou pecuária.



Na sequência de dois acidentes graves, em 1993 e 1994, que provocaram a morte de uma dezena de trabalhadores da empresa, o acionista principal, a *Preussag*, retira-se do capital da *Metaleurop*, sendo substituída pela *Glencore*, empresa conhecida pelas suas atividades na exploração de matérias-primas, dando origem à empresa *Metaleurop Nord*. Vários registros mencionam que a *Metaleurop* transferiu para a *Metaleurop Nord* as perdas financeiras associadas aos dois acidentes, o que, num contexto de baixa generalizada dos preços mundiais de *commodities*, não terá contribuído para a saúde financeira da empresa. Depois de efetuar mais de duas centenas de despesas, a empresa mãe decide encerrar o complexo industrial de Noyelles-Godault, justificando a ausência de financiamento por parte do setor financeiro e a necessidade de garantir a estabilidade financeira do grupo. No início de 2003, a empresa solicita a declaração de falência junto do Tribunal de Primeira Instância de Béthune, sendo a sentença proferida dois meses depois. Todo o complexo industrial é encerrado, lançando no desemprego 830 trabalhadores e deixando um aterrador passivo ambiental: a região é considerada a mais poluída em todo o território francês, já que na altura do encerramento, a fábrica ainda emitia 50 quilogramas de chumbo por dia.

Os representantes sindicais formalizaram uma ação junto ao tribunal de Béthune, em abril de 2003, com o objetivo de liquidar os bens da empresa mãe, *Metaleurop*, e obrigar a empresa a assumir as suas responsabilidades legais :um plano de seguros aos trabalhadores despedidos, o pagamento a dezenas de subcontratados e o financiamento da recuperação ambiental da região afetada. O tribunal rejeitou a ação, e os trabalhadores viram-se obrigados a aceitar um plano social, financiado pelo governo francês e pela SGS (Seguro de Garantia dos Salários), financiado pelo MEDEF, a federação francesa de empresários, com valores muito mais reduzidos do que os solicitados anteriormente (SAFIR, 2012).

### **A remediação**

O encerramento do complexo industrial da *Metaleurop Nord* originou um conjunto de consequências devastadoras sociais, económicas e ambientais, que não foram resolvidas, como testemunhamos acima, por práticas de Responsabilidade Social Empresarial por parte da empresa envolvida.

Neste contexto, a prefeitura de Nord Pas de Calais encarrega a ADEME – Agência para o Ambiente e Energia francesa de programar um conjunto de medidas de gestão do risco, envolvendo agentes da sociedade civil, Municípios, várias universidades francesas de renome, agências nacionais de proteção ambiental e vultosos fundos comunitários, para resolver o problema.

O encerramento da *Metaleurop* significou o desemprego de 830 trabalhadores, aumentando a taxa de desemprego na região para 30% (40% para os mais jovens), um conjunto de tradições familiares que se quebram (varias gerações trabalharam na empresa ao longo de mais de século), e ainda uma perda de 3 milhões de euros em

receitas provenientes de taxas profissionais para os municípios em causa, nomeadamente Noyelle-Godault e Courcelle-les-Lens.

Do ponto de vista ambiental, as consequências são também devastadoras, com uma empresa obsoleta e uma fábrica onde se acumularam várias dezenas de milhares de toneladas de rejeitos industriais perigosos, gerando poluição para as regiões adjacentes durante mais de 100 anos.

Atualmente, todo o estaleiro é propriedade da empresa *SITA*, pertencente ao Grupo *SUEZ*, que desmantelou completamente as antigas instalações da *Metaleurop*, reabilitando o local, para acolher um conjunto de atividades eco-industriais e de reciclagem.

Para a reconversão da região, um processo muito complexo e financeiramente oneroso, foi necessário a intervenção de vários atores, dos quais destacamos a DRIRE – Direção Regional de Indústria, Pesquisa e Ambiente francesa, que pôs em marcha um plano formado por duas vertentes: um conjunto de medidas de acompanhamento com caráter de urgência, e um plano de reconversão da região num horizonte de médio prazo.

As medidas de urgência eram de índole, essencialmente, social, agindo sobre os trabalhadores desempregados e sobre os subcontratados, que receberam ajuda financeira até conseguirem encontrar nova atividade profissional.

O plano de reconversão previa a valorização dos fatores de produção locais (infraestruturas, mão de obra qualificada, centros de pesquisa), tendo sido criadas várias zonas de atividades e hotéis, assim como uma zona franca, o que permitiu às empresas beneficiarem-se de isenções fiscais e sociais.

Logo após a falência da empresa ter sido decretada, o tribunal de Béthune, que julgara o caso, lançou um apelo a empresas que quisessem por em prática um plano de descontaminação da área. A empresa *SITA* elaborou um plano em comum acordo com as entidades locais, com antigos sindicalistas e trabalhadores, com uma dupla orientação: sanitária, para que a descontaminação fosse rápida, e econômica, para criar ou favorecer a criação de empregos.

O projeto Agora foi selecionado para reconverter todo o estaleiro da *Metaleurop*, através da empresa *SITA*, a partir de novembro de 2003, com base em compromissos recíprocos. Entre esses compromissos, destacam-se: a realização de estudos prévios, nomeadamente uma análise detalhada dos riscos que tinham sido pedidos, sem sucesso, quer à *Metaleurop*, quer à entidade liquidatária. Os antigos empregados da empresa tiveram um papel muito importante neste processo, pois detinham conhecimentos insubstituíveis sobre os riscos inerentes ao processo. A *SITA* comprometeu-se também a tornar a região apta para uma nova utilização industrial, assim como a realizar um inventário dos rejeitos, trata-los e evacua-los, desmantelar as antigas máquinas e instalações, limpar e lavar os edifícios retirar-lhes o amianto e, finalmente, demoli-los para tratar a poluição dos solos. Também era suposta a criação de 190 empregos, através da implantação de um eco-polo.

O estado francês e a região de Nord Pas de Calais foram envolvidos em todo o processo, nomeadamente através de uma participação financeira de mais de 13 milhões de euros.

Os trabalhos de descontaminação foram muito significativos: mais de 130 mil toneladas de rejeitos foram tratadas, e 40 mil toneladas valorizadas; 83000 metros quadrados de amianto foram desmantelados; uma superfície de 500 mil metros quadrados foi descontaminada e confinada. No total, estes trabalhos permitiram reduzir o impacto ambiental em cerca de 10000 vezes menos a quantidade de nuvens de pó de chumbo, zinco e cádmio.

É importante ressaltar que, logo em 1994, tinha sido criado pelo Conselho Regional da Região de Nord Pas de Calais um programa intitulado Programme de Recherches Concertées (Programa de Pesquisas Concertadas) sobre locais e solos poluídos. Este Programa permitiu acompanhar, até 2009, equipes de pesquisadores regionais dedicadas à contaminação dos solos em redor das grandes metalurgias, e que visavam, essencialmente, analisar o impacto dos poluentes sobre o ambiente e a saúde humana. Esses pesquisadores trabalharam em estreita ligação com equipes das Universidades de Lille I, Lille II, Escola de Minas de Douai, do INRA (Instituto Nacional de Pesquisa Agronômica), do CNRSP (Centro Nacional de Pesquisa sobre Locais e Solos Contaminados), entre outros. Foram também realizados estudos a pedido de parceiros industriais e institucionais (empresas, câmaras agrícolas e de comércio, coletividades locais, etc), evidenciando a participação de vários atores da sociedade civil.

Em simultâneo, durante o período de implementação do Programa, várias equipes externas à região entrevistaram, em interação com outros programas regionais ligados à saúde e ao ambiente, numa abordagem transdisciplinar, com o desenvolvimento de pesquisas relacionadas com a contaminação de solos cobertos por gramíneas, da qualidade dos produtos hortifrutícolas, a exposição aos contaminantes de crianças pequenas ou a implementação de ferramentas de diagnóstico no domínio da ecotoxicologia ou da fitoestabilização, por exemplo.

Neste contexto, é de salientar a ação da ADEME, a agência de ambiente francesa, que contribuiu para o desenvolvimento de conhecimentos através do financiamento de teses e programas de pesquisa pluridisciplinares.

Durante o período de atividade da *Metaleurop Nord*, a ADEME tinha conseguido demonstrar que as produções vegetais ou agrícolas locais apresentavam concentrações de chumbo e cádmio que ultrapassavam os valores regulamentares em vigor, pelo que, a partir de meados dos anos 1990, e com o objetivo de impedir a plantação de produtos agrícolas em solos contaminados, se decidiu criar um cinturão verde. Assim, cada ano, entre cinco a 10 hectares eram reconvertidos, com a instalação de uma vegetação herbácea e plantação de árvores. Desde o final de 2009, este dispositivo experimental foi integrado num vasto programa pluridisciplinar, o Phytener,

financiado pela ADEME, com vista a avaliar o interesse da fitoestabilização com fins energéticos em solos fortemente contaminados.

Estes mesmos trabalhos também permitiram empregar 140 pessoas, em que um terço era de antigos trabalhadores da *Metaleurop*. Desde janeiro de 2006, foi lançado um programa de desenvolvimento de uma zona voltada para atividades terciárias, com a reabilitação de 8000 quilômetros quadrados de escritórios e locais para atividades regionais. Nesta zona, foram criados mais de 160 empregos, ligados a atividades como a coleta de rejeitos, operação de caldeiras industriais, atelier de mecânica e reparação, lavanderias industriais, um gabinete de estudos ambientais, entre outros.

### **Notas Finais: uma nova geração de políticas de promoção do investimento centradas na RSE**

O Relatório da UNCTAD (2012) sobre IDE revela que os países continuam a implementar políticas facilitadoras do IDE, mas o setor da mineração foi o único a endurecer as regras e a incrementar práticas de sustentabilidade. Em vários países, de acordo com o Relatório, verificou-se um acréscimo das políticas regulatórias no setor da mineração, incluindo mesmo nacionalizações, expropriações, assim como aumento nas taxas sobre os lucros das empresas, *royalties* e renegociação contratual.

As preocupações com os compromissos assumidos no âmbito da RSE foram, também, uma constante, com um grau de complexidade, por vezes, superior aos vigentes nas economias de origem das empresas em questão. De acordo com o Relatório, assiste-se à emergência de uma nova geração de políticas de investimento, que, num contexto de crise persistente e desafios sociais e ambientais, caracterizada por uma preocupação de conciliar a liberalização dos regimes regulatórios do IDE com a implantação de políticas públicas direcionadas para as necessidades locais.

Como foi referido, a nova geração das políticas de investimento visa operacionalizar o conceito de desenvolvimento sustentável em medidas e mecanismos concretos, ao nível nacional e internacional, nos planos do *policy-making* e da respectiva implementação.

Estas novas políticas vão procurar atingir três objetivos centrais: criar sinergias com políticas de fomento industrial, visando uma integração das estratégias de desenvolvimento, e baseadas num envolvimento dos *stakeholders* e num enquadramento institucional baseado no direito e na qualidade da governação; incentivar ao desenvolvimento e cumprimento da RSE, ao nível do *benchmarking* internacional; assegurar o cumprimento dos direitos e deveres de todos os intervenientes: ao estado receptor do IDE cabe promover e proteger o investimento enquadrado nos objetivos de desenvolvimento sustentável e o interesse nacional.

O investimento nacional e internacional, de carácter produtivo, pode desempenhar um papel extremamente importante nas economias em desenvolvimento, muitas vezes

afetadas por uma insuficiência de capital produtivo, promovendo a competitividade internacional, a transferência de tecnologia e a formação de capital físico e humano. Mas, na ausência de capacidade institucional e de governação e políticas públicas integradoras, o mesmo IDE pode fomentar processos de crescimento e captação de receita sem qualquer ligação com a economia local ou com a qualidade de vida das populações. Neste contexto, as crescentes importâncias dos compromissos assumidos no âmbito da RSE possam, influenciando práticas empresariais, comportamentais e decisões de investimento, funcionar como complemento do enquadramento regulatório e maximizar os benefícios do investimento.

O caso prático que analisamos a *Metaleurop*, no noroeste francês, pode ser considerado um paradigma das consequências que resultam da ausência de práticas de RSE, e da necessidade de envolver os vários atores da sociedade civil na procura de soluções para problemas transversais, como é o caso dos danos ambientais e das problemáticas socioeconômicas, que requerem uma dinâmica rede de atores e interações para funcionar eficazmente. Como vimos as catástrofes ambientais e/ou sociais não são exclusivas dos países em desenvolvimento, ocorrendo também em países com níveis de riqueza e desenvolvimento econômico relevantes, como é o caso da França. A grande diferença é que, nestes últimos casos, existe, para além da capacidade financeira, a capacidade institucional necessária para contrariar estratégias menos sustentadas das grandes empresas transnacionais, e induzi-las a participar ativamente no processo de construção e manutenção da cidadania.

## Referências

BAUMANN, R. O Brasil nos anos 90: uma economia em transição, In: BAUMANN, R. (Org.), **Brasil-uma Década em Transição**, Editora Campus/CEPAL, São Paulo, p. 11-54. 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, v. 28, n.1, p.48-71. 2008.

COHN, Theodore H. **Global Political Economy, Theory and Practice**, Ed. Pearson International Edition, 4th Edition. 2008.

CORDEN, Warner Max Booming setor and Dutch disease economics: survey and consolidation. **Oxford Economic Papers, New Series**, v. 36, n. 3. p.359-380. 1984.

COSTA, Carla **Os Investimentos Portugueses no Brasil**; Ed. ISCSP. 2005.

ERNST & YOUNG **A Hora de Investir – Brasil; Pesquisa de Atratividade**. 2012.

FERNANDES, Francisco **Responsabilidade sócio-ambiental e trabalho infantil na mineração**, CT2006-080-00, CETEM – MCTI, Rio de Janeiro. 2006.

FORSTATER, Maya et al. **Corporate Social Responsibility Initiative**; Working Paper nº 60; October 2010; Harvard University – John Kennedy School of Governance. 2010.

FRANGI, J-P. ; RICHARD, D. Heavy metal soil pollution cartography in northern France; **Science of Total Environment**, v. 205, p. 71-79. 1997.

FREITAS, Carlos M. et al. Chemical safety and governance in Brazil. **Journal of Hazardous Materials**, v. 86, Elsevier; pp. 135-151. 2001.

GIFFORD, Blair; KESTLER, Andrew; ANAND, Sharmila. Building local legitimacy into corporate social responsibility: gold mining in developing nations, **Journal of World Business**, v. 45; pp. 304-311. 2010.

GONZALEZ-PEREZ, Maria Alejandra; RIEGLER, Stephanie; RIEGLER, Franz Foreign Direct Investments and social responsibility networks in Colombia; **Journal of Globalization, Competitiveness and Governmentalization**, vol. 5, nº 22, Georgetown University; pp. 42-59. 2011.

KIRSCHNER, Ana Maria. Considerações sobre a responsabilidade social das empresas em context de desigualdade e exclusão; **Política e Sociedade**; vol. 8; n. 5. 2009.

PNM - **Plano Nacional de Mineração - 2030; Geologia, Mineração e Transformação Mineral**; Ministério de Minas e Energia, Brasília. 2011.

SAFIR. Fiche du Site Metaleurop; Disponível em: <<http://www.isa-lille.fr/recherche/environnement-amenagement/equipe-sols-et-environnement>>. 2012. Acesso em: 28 set 2012.

SPERO, Joan E. e HART, Jeffrey A. **The Politics of International Economic Relations**, Ed. Wadsworth Cengage Learning, 7th Edition. 2009.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development - **World Investment Report 1998 - Trends and Determinants**, UNCTAD, Nova Iorque e Genebra. 1999.